guma coisa sobre isso. Hoje é mais um informe para vocês da retomada dos trabalhos, porque estamos retomando tudo, puxando todas as informações. Existe um trabalho em curso hoje que está sendo feito a várias mãos, para que possamos ter um trabalho já contundente, costurado, para vocês terem a informação de maneira clara. **Sra. Mariza –** Boa tarde a todos e todas. Me chamo Mariza, sou Conselheira da Habitação representando o Movimento Sem Terra Leste 1, filiada ao "UMM". Gostaria de te perguntar, Vanessa, se até o mês de julho vocês vão ter a relação de todas as demandas que nós enquanto Conselheiros apresentamos, quais vão ser as perspectivas? E vocês vão nos devolver isso, para ficarmos atentos, acompanhar quais são, para também sabermos se de fato o que apresentamos foi contemplado? **Sra. Vanessa –** Como não tive conhecimento do material que vocês apresentaram, preciso me apropriar dessa informação de como vocês viram esse material. Então, tudo será discutido com vocês, acho que na reunião ordinária de julho vamos apresentar os dados sistematizados de uma forma que esteja de comum acordo com todos os sociais, DTS, junto com o CTS, o Armando que é coordenador social, isso amarrado entre todos e apresentar em julho. Aí vamos abrir a discussão para ver se está de acordo com o que vocês estão imaginando. Sou velha de Casa, algumas pessoas já me conhecem, o Marcelo, Verônica me conhecem de alguns anos atrás, mas estou retornando depois de sete anos. Faz dois meses que estou aqui, então, estou retomando os trabalhos, vendo o que foi feito para poder apresentar para vocês juntamente com o Secretário, o Secretário Adjunto. **Sra. Mariza –** Então, podemos fazer o seguinte, trazer novamente a pauta para vocês de fato verificar, retomar, para saber de fato quais são nossas demandas. **Sra. Vanessa –** As demandas eu sei, na verdade as demandas nós temos, os trabalhos que foram feitos, tenho tudo isso já ampliado, inclusive nas reuniões de vinculação isso está sendo discutido. Estou falando da forma apresentada para vocês, não sei se será dessa forma, a não ser que isso seja discutido com vocês na apresentação final. Acho que isso tem que ser casado, costurado entre as DTSs, e isso quando for apresentado para vocês esteja de comum acordo com todos. **Sra. Mariza –** É porque desde o ano passado estamos com essa pauta, ou seja, questão de atendimento às demandas que estavam inseridas no programa, depois começaram ceder à parceria. Aí neste ano retomamos, tanto que a Denise que estava na época, discutimos durante três meses. Ia ser trazido ao Conselho a resposta dessas nossas tratativas de indicação, de apresentação ao Conselho. Então, ou seja, pensávamos que hoje já íamos sair daqui com respostas, assim "Olha, tal tempo essa demanda vai ser atendida". Tem Quaresma, Quilombo dos Palmares e outros movimentos que solicitaram essa pauta. **Sr. João Farias –** Queria separar duas coisas com relação ao que foi levantado pela Conselheira. A primeira, as informações nós vamos disponibilizar imediatamente aos movimentos. Todos aqueles que tiverem questões que estejam em dúvida sobre o andamento dos seus projetos na Secretaria, podem entrar em contato conosco diretamente e vamos fornecer essas informações. A outra coisa é nosso HABITASAMPA. **Sra. Mariza –** É esse. **Sr. João Farias –** É que nós vamos passar por um processo de reformulação no HABITASAMPA, que está sendo discutido. Vamos apresentar novas formas e novos produtos numa discussão que estamos fazendo num novo contrato com a COHAB, inclusive mudando o formato do contrato anterior. Isso daí já está em elaboração com nossa equipe técnica e vamos apresentar todas essas ferramentas, é isso que acho que a Vanessa está colocando, numa próxima reunião, porque aí já conseguiremos avançar do ponto de vista técnico, porque como é uma área de informática, isso tem que ser tratado também com os técnicos para ver a melhor forma de disponibilizar informações e de uma forma também que fique acessível para as pessoas poderem entrar no sistema e buscar as informações que achem necessárias. Então, com relação ao HABITASAMPA nós estamos pedindo esse prazo, para terminar todo esse procedimento, porque também vamos ter que inserir maior número de dados dentro do HABITASAMPA. Então, as questões que estão ainda, eu não sei se terá no HABITASAMPA, podemos tratar diretamente com a Secretaria e nossa equipe e fornecer todas as informações necessárias aos movimentos. Mais alguém? **Sr. João Bosco –** Boa tarde. Sou João Bosco, sou Conselheiro eleito. Não seria nenhuma observação quanto a isso, só um convite aos colegas: no dia 16, João, fizemos um encontro na Câmara. Considerando que a Câmara Municipal já havia aprovado uma proposta para discutirmos habitação. Até gostaria de convidar todos os demais. Foi aprovada na Comissão de Administração Pública, a ideia é composta pelos Vereadores Gilson Barreto, do PSDB; André Santos, do PRB; Jonas Camisa Nova, do DEM; Zé Turin, do PHS; Janaína Lima, do Novo; Alfredinho, do PT e Vereador Nonato. Esses são os vereadores que compõe a Comissão de Finanças e Administração. A ideia é fazermos quatro audiências públicas. Desse encontro do dia 16 marcamos para fazer regionalizado, vamos fazer isso norte, sul, leste, oeste, para daí fazermos um seminário. Qual o objetivo do seminário? Juntar Poder Municipal da cidade de São Paulo, o Governo do Estado e o Governo Federal para ver se conseguimos ter alguma clareza na produção de moradia. Estamos discutindo aqui um monte de coisa e sabemos que o orçamento de 2018 a 2019 prevê alguma coisa em nível de prefeitura, estado? Não. Então, vamos ver, pelo menos os colegas que foram eleitos, que saímos às ruas têm lá dois, três. A Esther está aqui, a Mariza, todo o pessoal que foi eleito, saímos às ruas e tem lá um batalhão de gente. Então, este ano vai sair alguma coisa? Vai se produzir moradia este ano? Não. Estamos discutindo o projeto? Sim. É interessante? É. Mas até que ponto? Fazer pelo menos no ano que vem. Quem estiver interessado em participar das audiências públicas e do seminário deixar o nome, endereço. Hora que marcar avisaremos para todas as pessoas e vamos discutir isso com muita seriedade. O esforço do João, o esforço da Secretaria é grande? Sim, mas é pouco. Que disponibilidade você tem? De repente você quer fazer um monte de coisa e não tem. Talvez possa até surgir daí um caminho para aproveitarmos. Só isso. Obrigado a todos. **Sr. João Farias –** Obrigado, xará. Deixe-me aproveitar o ganho do xará, o Iapequino já chegou e vamos entrar na discussão da PPP, mas até a título de informe, aproveitando a informação do João Bosco, dizer que estamos à disposição. A Câmara não nos acionou para esse evento, mas com certeza irá nos acionar e vamos com certeza. Estamos num processo tanto na COHAB quanto na Secretaria de discutir e pensar alternativas de possibilidade de novos projetos habitacionais para a cidade de São Paulo. Evidente que isso se dá principalmente por conta das dúvidas que se tem em relação ao Minha Casa Minha Vida, em especial no que diz respeito à questão do Faixa 1. Inclusive amanhã logo pela manhã estou indo para Brasília, com o Celso Matsuda, Secretário Nacional de Habitação, e com o responsável da Caixa Econômica Federal pelos programas habitacionais aqui de São Paulo. E também estaremos na Câmara dos Deputados visitando alguns parlamentares para discutir emendas coletivas em São Paulo, com os deputados de São Paulo para a área da habitação. Mas de qualquer modo já viemos tomando algumas iniciativas para tentar amenizar o impacto que a falta de recurso Minha Casa Minha Vida possa ter em São Paulo. Então, a título de informe, a Câmara Municipal de São Paulo votou na semana passada uma lei, atendendo a um pedido da Secretaria de Habitação, que alterando o limite de aporte da Prefeitura Municipal para os programas habitacionais de até R$20 mil para até R$120 mil. Essa possibilidade está criando dois objetivos efetivos. O primeiro objetivo, temos um empréstimo com o Banco Santander no valor de R$200 milhões, que deveria ter sido investidos em aportes para empreendimentos habitacionais da Faixa 1, porém, a Caixa Econômica Federal não lançou este ano nenhum empreendimento Faixa 1 em São Paulo. E esse dinheiro tinha prazo para ser gasto, sob pena de a prefeitura inclusive pagar multa de R$1 milhão por mês por conta da não utilização do prazo estabelecido na aprovação do empréstimo, que inclusive foi endossado pela Câmara Municipal. Tinham duas alternativas: uma alternativa era redistribuir esse recurso nos empreendimentos já em construção, aí talvez aumentar a celeridade e velocidade de construção, mas efetivamente do ponto de vista de unidade não acrescentaria nenhuma unidade a mais. Ou fazer o que fizemos, que era tentar mudar a lei na câmara. Ir para Brasília e alterar a forma de aporte desse recurso do Minha Casa Minha Vida. Qual é a ideia? Se tivermos o aval de Brasília amanhã, temos tudo para ter, a Prefeitura de São Paulo vai construir aproximadamente 1.600 unidades habitacionais com esse recurso em parceria com a Caixa, em parceria com o Governo do Estado, só que com uma diferença, quem vai ser o aporte majoritário na construção não mais será a Caixa Econômica, e sim a Prefeitura Municipal, porque vamos aportar aproximadamente R$90 mil por unidade para garantir a construção de mais 1.600 unidades, exclusivamente para a Faixa 1, não é para atender outra situação que não seja a Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida em São Paulo. Essa é uma forma inclusive da cidade de São Paulo sinalizar para o Brasil de que a Prefeitura de São Paulo entende que se o Governo quer mudar o nome do programa, se quer mudar critério do programa é um direito legítimo dele, mas que tem que ter um programa do Governo Federal para atender a população de baixa renda, que tem um perfil caracterizado pelos critérios do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, que é a principal e grande demanda, por exemplo, da nossa metrópole. A grande pressão que a Secretaria Municipal de Habitação teve aqui é que a população de maior vulnerabilidade social, aquela que hoje está vivendo numa ocupação, é aquela que está vivendo numa área de risco, é aquela que está vivendo em área de mananciais e dependem de programas como o que tem hoje do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, para atender essa parcela importante da sociedade. Então, é uma forma de a prefeitura também mostrar que está se mexendo. Vamos em breve discutir aqui com vocês, porque já começamos essa discussão internamente no Governo, a possibilidade de alteração da lei do FUNDURB no que diz respeito à obrigatoriedade de gastar 30% dos recursos do FUNDURB para aquisição de terrenos. Vivemos outra realidade, hoje São Paulo não carece tanto de terreno para construção de empreendimentos habitacionais em área social. Carecemos de dinheiro. O terreno hoje não é nosso grande problema, nosso maior problema hoje é a falta de recurso. Quando vinculo 30% dos recursos do FUNDURB obrigatoriamente para aquisição de terreno eu engesso uma quantia significativa de dinheiro que poderia, por exemplo, servir para aportar outros empreendimentos habitacionais, além de eventualmente você desapropriar uma área que seja estratégica. Ou seja, então estamos querendo dar uma amplitude maior à questão da utilização dos 30%, que é obrigatoriamente destinado para habitação, mas que não fique vinculado exclusivamente à questão de aquisição de terrenos ou desapropriação de área. Evidente que esse é um debate que tem que ser feito inclusive com os movimentos organizados, com o Conselho Municipal, com o Conselho do FUNDURB, depois Câmara Municipal. Aí só para contextualizar, João Bosco levantou uma preocupação que é perfeita, que nós também com essa preocupação já começamos a pensar outras alternativas. Temos uma negociação avançada com o Banco Mundial, onde existe a possibilidade de um aporte de 100 milhões de dólares na cidade de São Paulo, para um projeto de urbanização e revitalização. A discussão é uma parceria nossa com a Secretaria de Urbanismo. Uma parte desse recurso viria para ser investido na revitalização de prédios no centro de São Paulo, com retrofit, consequentemente a destinação para habitação de interesse social. Está num estágio avançado com o Banco Mundial. A probabilidade de termos êxito na aprovação do projeto é grande. Então, as notícias, em que pese parecerem não ser muito positivas por conta da preocupação em nível federal, São Paulo, até por determinação do Prefeito Bruno Covas, está se mexendo para ter resposta a pelo menos uma parte do prejuízo que possamos vir a ter caso o Minha Casa Minha Vida não volte a ser um programa prioritário do Governo Federal para atender essa faixa da população mais vulnerável. Então, era mais a título de informe, em outra oportunidade poderemos inclusive aprofundar nessa questão, mas queria agradecer ao Iapequino, que teve as justas férias nesse período. Volta agora, cheio de pepino. Começa hoje podendo nos falar um pouco sobre essa outra importante política habitacional, mais um programa habitacional. Não vem para substituir nenhum outro, mas para somar e agregar, que é a PPP – Parceria Público Privada da habitação. Passo a palavra ao Iapequino. Depois da apresentação dele abriremos para as perguntas e considerações. **Sr. Reinaldo Iapequino –** Boa tarde a todos. Me atrasei um pouquinho porque estava em outra reunião em outra Secretaria. O que temos para falar da PPP é que chegamos ao final do primeiro processo de contratação, da primeira etapa nesse programa. Como bem disse o Secretário, a PPP é um programa complementar as ações do programa de habitação no município. Não veio para substituir, nem mitigar, nem diminuir nenhum outro programa. Também não se propõe a atender só a Faixa 1, na medida em que há programas de moradia, a parte de produção mais importante dentro da Secretaria ainda é Faixa 1, FAR, FDS, previsão de entrega salvo engano, pelo menos entre 6 e 7 mil unidades ainda neste ano. Então, a PPP é um programa que vai apresentar seus resultados objetivos dentro de um prazo que não é tão curto, a PPP é de até seis anos, a partir do momento que o contrato é assinado. Foi agora autorizado e vamos começar a proceder a essas assinaturas. Mas para fazer um retrospecto do que é a PPP municipal, aprovamos em agosto de 2017 ainda um programa para 34 mil unidades em PPP. Quem aprova isso? Existe um Conselho Municipal de Desestatização de Parceria, que tem a prerrogativa de decidir sobre todos os processos de concessão e parceria público privada no município. Naquele momento a decisão de encaminhar a PPP dentro do município foi de que essa operação seria desenvolvida dentro da COHAB, por várias razões. Uma delas é de que a COHAB voltasse a ter um protagonismo também em sua atuação. A política de habitação do município não se encerra na SEHAB. A COHAB vinha operando quase que exclusivamente em programas para o FMH. A Lei 11.632, que estrutura a política de habitação coloca o FMH, o Fundo coloca a COHAB como um agente operador desse Fundo. Mas a COHAB é uma companhia que tem Conselho, diretoria, Conselho de Administração, assembleia de acionistas, é regida por uma lei federal específica recente, de 2016, que é a lei das estatais, portanto, a COHAB tem sua autonomia de atuação também. Dentro dessa lógica que desenvolvemos esse projeto PPP, mas sem deixar de enxergar a questão do desenvolvimento habitacional, porque a COHAB em si, o capital dela, ela não pode fazer a concessão de subsídio. Muito embora na PPP boa parcela do programa implique na concessão de subsídio, na medida em que vamos utilizar recurso do orçamento da Secretaria, que têm lá suas diversas fontes: tem o próprio FMH, sabemos que o aporte é natural do aporte do orçamento do FMH, mas tem FUNDURB, FMSI e outras fontes de recursos não originados na própria Secretaria, no município, seja no Minha Casa Minha Vida, seja no estado, então, existem outras fontes em que fomos buscar intitular esse programa. Aprovamos, portanto, esse programa de 34 mil unidades, sempre com a diretriz forte de que pelo menos 70% das unidades fossem destinadas para o HIS. Aqui quando falo HIS estamos falando de HIS 1 e HIS 2, porque um dos princípios básicos da PPP e das diretrizes fortes que foram colocadas era de fazer uma diversificação de renda. Na medida em que ele é um programa complementar e havia outras ações para a baixíssima renda, Faixa 1, desenvolvemos o programa colocando numa parte não tão desimportante, uma parte significativa nessa mesma faixa, mas atendendo as outras faixas para atender também a legislação. Então, a 11.632 do Plano Diretor sempre fala da distribuição entre as diversas faixas de renda. Se formos ler essa legislação toda, são diretrizes importantes e princípios colocados nessa legislação. Então, a PPP está perfeitamente enquadrada dentro disso. No processo de discussão da PPP colocamos uma consulta pública, obedecendo à legislação municipal, que ficou por 30 dias para receber contribuições. A partir daí desenvolvemos o que se transformou no edital, para 12 lotes. Fomos buscar áreas, que a maioria das áreas não é ZEIS, colocamos um número importante de HIS. Então fomos conformando o edital para 24.950 mil unidades. Essa licitação aconteceu e tivemos êxito para 6 lotes, que significa 13.180 unidades. A partir daí estabeleceu-se a discussão. Dentro do período do edital tivemos duas reivindicações do edital por conta de discussões com o Tribunal de Contas, com o Ministério Público, enfrentamos ações populares, enfrentamos uma série de impugnações. Todas elas foram rebatidas e superadas. Julgadas improcedentes pelo Tribunal. Foi o primeiro edital na área de concessões do município que não sofreu nenhuma impugnação do Tribunal. Todos os editais de concessão houve uma determinação expressa do Tribunal de Contas mandando parar o processo, ou promover alterações. No nosso não, houve um processo até singular, segundo o próprio Tribunal, fizemos debates intensos no Tribunal, horas de discussões. Para os técnicos também essa novidade que era a PPP. E o Tribunal acabou liberando esse edital sem qualquer interrupção. Em função das discussões obviamente negociamos uns pontos, recuamos em uns, bateu firme em outros. Assim aconteceu também com o MP. Agora estamos nessa fase da contratação desses 6 lotes, 13.180. O mais significativo deles é o lote da área do Ipiranga, da "BR Distribuidora", que está em desapropriação, vamos finalizar a desapropriação dessa área e ali serão feitas 13.180. O outro lote muito importante é o do Córrego do Bispo, que já identificamos que necessitava de uma operação integrada com o meio ambiente. O próprio judiciário fez agora um trabalho com uma participação super importante da Secretaria, do cadastramento das famílias que foram desalojadas das áreas de risco. Foram cadastradas e já estão no auxílio aluguel. E viemos com a PPP complementando essa operação para tentar definitivamente implantar o quadro linear colocado pela Secretaria de Meio Ambiente, cumprindo assim também um mandamento da nossa Lei Orgânica Municipal, que determina que a política de habitação deva ser executada de modo integrado à política de desenvolvimento urbano. Então, vamos agora à contratação. Temos um período que organizamos a passagem dessas áreas, a disponibilização dessas áreas, não é exatamente uma transferência, mas uma disponibilização, para que possa desenvolver os projetos. E a partir daí começar execução dos lotes. Nesse processo, a captação do financiamento para execução das obras é de responsabilidade da empresa que ganhou a licitação. Obviamente eles vão recorrer acho que antes ao Fundo de Garantia, mas também vão trabalhar outras hipóteses de captação. Não dissemos onde é que vai captar, a responsabilidade da captação do recurso é dele, mas sabemos que a fonte ainda no financiamento é o Fundo de Garantia. Então, é assim que está estruturado. Nessa distribuição, vamos atender rendas a partir de 1, deixar bem claro que quem tem renda menor do que 1 não está na PPP, essas famílias até 1 serão atendidas em outros programas da Secretaria, da própria COHAB, do FMH. ...(inaudível)... A COHAB tem um dispositivo que pode atender inclusive faixas de renda acima de 10, até 20, e isso não tem nada de ilegal, como o Tribunal de Contas quis fazer supor. Discutimos. E a própria Lei 11.632 tem um dispositivo que em ações integradas admite que se atendam faixas diferentes daquelas que são de 1 a 10. Portanto, do ponto de vista político podemos até discutir, mas do ponto de vista legal estamos absolutamente cobertos e dentro do princípio da diversificação. Isso também foi matéria de questionamento do Ministério Público. Vemos pronunciamentos, dizendo "Ah, não atende quem mais precisa", mas precisamos ter a compreensão dessa complementariedade de programas e ações, sabendo que as outras ações das faixas mais baixas, a chamada Faixa 1, temos na verdade a maior parte da disponibilização do recurso da Secretaria. O recurso da PPP não tem nenhum comprometimento antes que uma unidade seja entregue, não pagamos nenhum tostão enquanto não receber uma unidade pronta, junto com a infraestrutura que está lá determinada em contrato. Então, a estrutura da PPP basicamente é essa. O que se paga da contraprestação é basicamente o subsídio, mas também implica ali, os tributos de uma operação de receita e também a remuneração do capital que tem no empréstimo que a empresa, ou nos recursos que a empresa vai disponibilizar uma parte do capital. No nosso também tem, só que não contabilizamos. Quando colocamos dinheiro do orçamento numa obra, o dinheiro custa alguma coisa. Ao colocar dinheiro na educação ou na saúde, embora tenha os percentuais constitucionais, o município está abrindo mão de outra coisa, é uma disputa de prioridade. Então, na hora que precisamos colocar uma parte do orçamento em habitação, esse capital tem um custo. Está sempre faltando dinheiro para a saúde, então, assim, não pôr mais dinheiro na saúde, pôr ou na área social, pôr na área de meio ambiente é o que chamamos de custo de oportunidade do recurso. Então, temos isso também quando aplicamos nosso dinheiro, só que não contabiliza dessa maneira. Ao tomar um financiamento, quando fazemos um financiamento para aquisição da nossa casa própria numa tabela de 30 anos, se multiplicar o valor da prestação pelo número de prestações vai dar um valor muito acima do que é o valor do imóvel que está adquirindo, por quê? Por que tem ali o subcapital envolvido enquanto esse dinheiro vai sendo devolvido a quem emprestou. É assim que ocorre também na PPP. Portanto, a PPP na essência é uma operação de empréstimo que é feito, o privado financiando o setor público. Porque decidimos fazer uma PPP? Porque ao olhar para o orçamento da Secretaria, todos os comprometimentos, sobrava quase nada para fazer, além do que gostaria de fazer. Tem um orçamento da Secretaria que é de R$250, R$300 milhões para investimento, só que esse investimento é em revitalização, projeto, aquisição de terreno, várias coisas. Na hora que vê o dinheiro que vai para produção tem muito pouco, ou quase nada. Então, daria para produzir com recurso próprio não mais que 1.500 unidades por ano em nossa conta. Tem o Minha Casa Minha Vida que tem recurso federal, complementamos uma parte disso e conseguimos alavancar um pouco mais de unidades nisso. Olhando para esse cenário, falou: Não tem outra alternativa, ou fico inerte ou invento outro programa, o município inventa outro programa para poder a médio e longo prazos ofertar uma quantidade maior de unidades, de modo a ir diluindo esse custo, no caso da PPP, ao longo de 20 anos, não é uma concentração de recursos para pagar a PPP em menos de 20 anos. Todo contrato nosso é de 20 anos. Além disso, a PPP não se resume à questão habitacional, ela envolve questão de infraestrutura, prevê a implantação de equipamento público, empreendimentos não residenciais privados, que a empresa que ganha, ela tem que empreender, explorar e ao final devolver esse patrimônio, esse bem ao município. Vai vender ou licitar novamente, mas ela não fica com esse patrimônio. Os equipamentos públicos que ela fizer, ela vai ter que financiar isso, ou as setoriais que estejam nos seus planos estratégicos e planos de metas interesse de acoplar seus projetos a PPP, ela pode alocar recurso dela para desenvolver isso. E esses equipamentos evidentemente são do nosso município, na medida em que eles vão sendo concluídos. Então, a PPP está estruturada para ser habitacional, serviço, comércio. E a parte de serviço que também não se computa financeiramente, mas a Secretaria tem a parte social, isso tudo está dentro da PPP. A PPP ainda tem um serviço, que é o mais importante, que é a manutenção predial por 20 anos. A cada 5 anos tem que pintar o prédio, tem que olhar se não entupiu a parte de encanamentos, sistemas sanitários, tem que ver se os vazamentos, acertar o telhado, todo um procedimento, um protocolo rigoroso, escrito, é um anexo do edital que vai ter que cumprir durante os 20 anos. Tem a questão do apoio condominial, instituição do condomínio, que não se confunde com administração do condomínio. Isso é regido pelo Código Civil, tem todo regramento, escolha do síndico, tudo isso é feito pelos condôminos. O que a PPP tem com esse serviço é o apoio a essa organização condominial, não se mete na administração condominial, isso é prerrogativa dos condôminos. Tem lá todo um trabalho de pesquisa que é feito, um acompanhamento, está no edital, a empresa tem que dar cursos de capacitação financeira, educação ambiental, um complexo de atividades, que não é tão simples assim, que às vezes não conseguimos fazer direito em nossos empreendimentos, na PPP é obrigação das concessionárias. Então, esse é o panorama geral da PPP e fico aberto para as discussões. Só lembrando que a PPP não está em discussão, estamos num processo de contratação dessa primeira fase e vamos dar início aos projetos. **Sr. João Farias –** Vamos abrir para as intervenções: Samira, João Bosco, Mariza, "Nani", Marcelo, Verônica, Juliana, Cleide. Não vou abrir segunda rodada, então, quem quiser falar se inscreva agora. Todo mundo que tiver interesse em falar, por favor, já se inscreva, porque não temos todo o tempo do mundo. Preciso me organizar, um monte de gente levantou: Tereza, Evaniza, Manoel, Alexandre Bonfim (Kiko), Paula, Esther, Vanessa, Maria e Mirtes. 17 pessoas. Quero combinar uma coisa com vocês, o Iapequino não pode ficar conosco aqui muito tempo, porque ele tem outras agendas no dia de hoje, até porque está voltando de férias, então imagino a correria que está. Não sou daqueles que acha que tem que ficar dando tempo, odeio participar de evento onde o palestrante fala 1 hora, aí vem o retorno: Você tem 2 minutos para perguntar, 2 minutos para falar. Quero pedir para todo mundo sensibilidade e razoabilidade. Se começar se estender, falo "Conclui", principalmente aqueles que for intervenção. Pergunta é sempre mais rápido. Então, aqueles que não forem fazer pergunta, mas querem deixar sua opinião, que também é legítima, só peço que tente ser o mais objetivo possível, para não impedir que ele possa responder todas as perguntas, está bom? Samira. **Sra. Samira –** Boa tarde. Sou Samira, Conselheira do IAB. Primeiro, vou deixar minha opinião, depois fazer as perguntas. A primeira é que a PPP não vai atender demanda de 0 a 1 salário mínimo, porque não recebíamos muito apresentação da produção habitacional mesmo, em alguns casos específicos um programa habitacional, ainda não tinha sido apresentado no Conselho qual é a ideia desse programa que já está há 2 anos e meio. Então, já que a PPP não atende essa demanda, acho que seria muito interessante que então a prefeitura, a Secretaria apresentasse como vai atender a essa demanda, porque a prefeitura usa bastante recurso público, bastante terreno público e não atende a uma principal demanda que deveria atender, uma demanda habitacional. Vim questionar essa parte, mas vocês apresentaram como resolver isso, acho que a PPP se faz justa. Outra questão é que a PPP não está em discussão, mas ela também não foi apresentada aqui, então, não sei quando poderia ser discutida aqui no CMH. **Sr. Reinaldo Iapequino –** Vou responder agora. A PPP não se propõe a fazer isso, mas ela se propõe a atender dentro da legislação municipal. Não foi este Governo que fez o Plano Diretor que está aí, falando que ia atender de 1 a 3, de 3 a 6, HMP até 10. A 11.632 não fomos nós que aprovamos. Para deixar bastante claro, não entendam mal que não queremos, é que a PPP é um programa complementar para atender aquelas outras faixas, que também há quem reclame que não há atendimento. Então, estamos dentro da legislação municipal. Nunca dissemos que a PPP veio para atender a 0 renda, até porque se olharmos toda a legislação municipal nenhuma linha fala de gratuidade. O órgão, um entendimento que pode ter um caráter muito pessoal, muito subjetivo aqui, que quem é 0 talvez não seja alvo da política de habitação tal qual ela está regulamentada e legislada. Podemos modificá-la e incluir, mas essa é uma perspectiva. Então, a legislação da política de habitação fala de atendimento de renda diversificada, até 10 salários mínimos, então, é dentro desse espectro. Ao falar isso parece que fizemos um programa que estamos abandonando, como disse, é complementar. E as outras ações que são atendidas. Não estou aqui discordando de você, que precisa de mais recurso para a faixa que você citou. **Sra. Samira –** Sua opinião também é minha, por isso que estou pedindo que seja apresentado, que realmente é uma questão que já levantamos algumas vezes, não foi apresentado até agora. A PPP é a primeira das demandas que pedimos de apresentação dos programas e a PPP já não contempla. Não estamos falando da ilegalidade, estamos falando se considera bom programa ou não. Agora vou começar a parte das dúvidas. Qual vai ser o critério de escolha da demanda? Faço todas as perguntas? **Sr. Reinaldo Iapequino –** Prefiro responder, porque se todo mundo falar não vou me lembrar do que o primeiro falou. A demanda não muda nada. Temos todas as listas, o Ministério Público em cima, o que vai acontecer, quando vai acontecer. Quando tivermos o projeto aprovado vamos entregar para a concessionária uma lista, cuja formação dessa lista é prerrogativa exclusiva da COHAB, SEHAB, que vai entregar. Da onde vai tirar essa lista? Das suas necessidades. Aí vão ser entregues essas famílias catalogadas e ordenadas. A empresa que vai buscar lá, o Cera falou até aqui, as pessoas financiadas. Vai acontecer um fenômeno aí, vai ter gente que não vai conseguir o financiamento. O que vai acontecer com elas? Volta lá para o lugar onde estavam e aguardar o atendimento em outros programas. É assim que vai acontecer, como aconteceu na PPP do estado para o primeiro empreendimento que ficou pronto, foi entregue para uma entidade e foi assim que aconteceu, quem não preenchia os requisitos de crédito era negado. Da onde vai sair? Da fila, das listas, que tem todo um olhar do Tribunal de Contas, do Ministério Público, não vamos inventar lista alguma. Vamos inventar lista onde não tiver, vamos dizer que estivesse chegando lá nos 8 salários: Ah, não tem essa lista aqui, nem na lista da COHAB de renda média. Aí vamos abrir uma exceção para aquelas unidades, para aquele empreendimento. É assim que vai funcionar. **Sra. Samira –** Então, esses 6 lotes ainda não tem demanda popular, nem previsão? **Sr. Reinaldo Iapequino –** Nem dá para ter, não queremos fazer, porque gera uma ansiedade, uma expectativa desnecessária, porque preciso ter o projeto aprovado. Então, a PPP trata de organizar primeiro a oferta. Ninguém vai subverter as regras de atendimento das famílias. **Sr. João Farias –** Só um adendo, Iapequino. Já falei, todo mundo tem que ter claro isso, não pode ser visto como um problema, até porque não é diferente do Minha Casa Minha Vida, que foge da Faixa 1. A PPP tem que ter aprovação do crédito, então, diferente do Minha Casa Minha Vida Faixa 1, de 0 a 1, que você é contemplado mesmo se estiver desempregado, mesmo se estiver com o nome sujo no SERASA, a PPP se utiliza o mesmo critério de aprovação de quem vai passar pelo Minha Casa Minha Vida Faixa 1,5, 2. O Faixa 1 não, até respondendo à Samira, é política habitacional no Brasil que começou em 2003, e que nenhuma cidade do Brasil, nenhum governante se preparou para ter um programa para substituí-lo. É isso que temos que discutir hoje, São Paulo e todas as demais cidades: qual é a política habitacional dos municípios, haja vista que o Governo Federal está sinalizando que não vai fazer mais investimento na Faixa de 0 a 1 com os critérios do Minha Casa Minha Vida? Porque não se discute só você ter empreendimento de Faixa 0 a 1, se discute quais critérios. Os critérios para aquisição Faixa 0 a 1 é diferente dos critérios da Faixa 1,5 para frente. Então, é essa medida que temos que começar a discutir. E deixar claro que não é este Governo que está há dois anos sem pensar essa política, os Governos que por aqui passaram e que passaram por todas as outras cidades antes do Minha Casa Minha Vida também não pensaram, porque quem apresentou a solução foi o Governo Federal. Infelizmente parece que vai acabar, então nos cabe agora encontrar outra alternativa. A PPP é uma delas, que atende inclusive quem está na Faixa 1 e que têm condições de crédito. Não dá para dizer que um programa que atende a um público que ganha em torno de R$2 mil, R$1,6 mil não é um programa popular só porque exige aprovação de crédito. Ele também é popular, é só um modelo diferente do ponto de vista do critério. Claro, cria mais restrições, não atende e não resolve a demanda da população de maior vulnerabilidade, porém, não tem nenhum programa no Brasil hoje que resolve. O que tinha acabou, temos que trabalhar para criar outro. **Sr. Reinaldo Iapequino –** Só um complemento aí, você disse bem, tem uma parte da Faixa 1 que a PPP alcança, não é desprezível, quem ganha entre R$1 mil e R$1,6 mil, que é a Faixa clássica. Mas tem outra coisa, que é o seguinte, existe uma fração, uma parcela de população, o projeto têm duas áreas, vamos erradicar duas favelas que estão em área de APP, área de risco, que é Córrego do Bispo e a favela do Violão. A PPP está expressamente dizendo que vamos atender aquelas famílias que vão ser reassentadas dali. Então, colocamos até 15% das unidades é prerrogativa da Secretária e atende 15% das unidades, atende do jeito que quiser, quem quiser, dentro do regramento que tem para atender a legislação pertinente. Mas o que vai acontecer aí? Para fazer isso vai ter que compensar o recurso que a concessionária teria se conseguisse o financiamento, que é o que chamamos de alavancagem. Isso vai exercer dentro do HIS 1, que é quem tem de 1 a 6

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 29 de junho de 2019 às 02:30:29.